

Josué de Castro e a Colonialidade do Poder, do Ser e do Saber: Uma Contribuição para a Opção Decolonial em Estudos Organizacionais

Josué de Castro and the Coloniality of Power, Being and Knowledge: A Contribution to the Decolonial Option in Organizational Studies

Rosana Oliveira da Silva

Mestre em Administração pela UNIGRANRIO.
rooliveira35@outlook.com

Robson Gomes André

Mestre em Administração pela UNIGRANRIO.
robsongandre44@gmail.com

Sérgio Eduardo de Pinho Velho Wanderley

Doutor em Administração pela EBAPE/FGV.
Professor do PPGA/UNIGRANRIO
sergio.wanderley@unigranrio.edu.br

Ana Paula Medeiros Bauer

Doutoranda em Administração pela UNIGRANRIO.
anabauer@id.uff.br

Resumo

Josué de Castro foi considerado um intérprete do Brasil e ficou conhecido pela luta no combate à fome. Para ele, a fome tinha um motivo histórico, o processo catastrófico de desenvolvimento. Neste aspecto, o autor denuncia que muitos dos problemas do subdesenvolvimento giram em torno dos problemas do colonialismo. Essa visão aproxima o autor das perspectivas da colonialidade, que entendem que o colonialismo deixou sequelas que persistem em razão da colonialidade do poder, do ser e do saber. Este artigo tem o objetivo de identificar nas obras de Josué de Castro elementos que vão ao encontro das perspectivas da colonialidade, e dessa forma aproximar o autor da área de administração, especificamente de uma opção decolonial nos estudos organizacionais. Como fonte de dados serão utilizadas as obras *Geografia da Fome* (1980) e *A Estratégia do Desenvolvimento* (1971). Os dados foram tratados por meio da análise de conteúdo e foram desmembrados em categorias, de forma a identificar as significações manifestas para então propor inferências que se destacam nas relações entre os constructos e as perspectivas de colonialidade. Após as análises, identificou-se que Josué de Castro era um autor decolonial *avant la lettre* e a sua premência de se pensar o Brasil de seu contexto e para o seu contexto, da mesma forma como devem ser pensadas as organizações e as teorias organizacionais.

Palavras-chaves: Josué de Castro; Estudos Organizacionais; Colonialidade do poder, ser e do saber; Decolonialidade.

Abstract

Josué de Castro was considered an interpreter of Brazil and was known to wage a struggle in the fight against hunger. For him, hunger had a historical motive, the catastrophic process of development. In this respect, the author denounces that many of the problems of underdevelopment revolve around the problems of colonialism. This view brings the author

closer to the perspectives of coloniality, who understand that colonialism has left sequels that persist because of the coloniality of power, of being and of knowledge. This article aims to identify in the works of Josué de Castro elements that go to meet the perspectives of coloniality, approaching the author of the area of administration, specifically a decolonial option in organizational studies. As a source of data will be used the works *Geography of Hunger* (1980) and *The Development Strategy* (1971). The data were treated through content analysis and were broken down into categories, in order to identify the manifest meanings to then propose inferences that stand out in the relations between the constructs and the perspectives of coloniality. After the analysis, it was identified that Josué de Castro was a decolonial author *avant la lettre* and his urge to think Brazil from its context and to its context, the same way organizations and organizational theories should be considered.

Keywords: Josué de Castro; Organizational Studies; Coloniality of power, being and knowledge; Decoloniality.

1 Introdução

O Médico, nutrólogo, professor, geógrafo, cientista social, político e escritor, Josué de Castro, era um visionário, ou um “clarividente” como profere Milton Santos no documentário *Josué de Castro – Cidadão do Mundo* (TENDLER, 1994). Isso porque, muito antes de ocupar o cenário mundial, ele falava de possíveis problemas, como os relacionados ao meio-ambiente e ao aumento da população urbana oriunda do campo (SARAIVA; ARAGÃO; CHAGAS, 2003; BIZZO, 2009; CASTRO, 2012; MELO, 2012), tudo que foi confirmado posteriormente e intensificado na atualidade. A maior preocupação de Josué de Castro era a fome e isso se refletia em muitas das suas obras, como na primeira, *Geografia da Fome*, que foi traduzida em vinte e cinco idiomas (BARRETO, 2008). A difusão de tal obra pelo mundo prova o quanto ela foi bem-sucedida.

Josué de Castro é ligado ao tema fome como nenhum outro autor é ligado a nenhum outro tema, e o combate à fome foi a principal bandeira defendida por ele (MELO, 2010). Para ele, a fome tinha um motivo histórico, o processo catastrófico de desenvolvimento, onde poucos ficaram com muito e muitos ficaram com pouco (CASTRO, 1971; 1980). Por conseguinte, o desenvolvimento é pensado de uma maneira perversa, em que países subdesenvolvidos fiquem cada vez mais pobres para que outros fiquem cada vez mais ricos. Nesse aspecto, demonstra que a fome tem razões políticas e econômicas e que não pode ser justificada pelo crescimento da população. Assim, o autor denuncia que muitos problemas do subdesenvolvimento, consequentemente, da fome, giram em torno dos problemas da colonização. Essa visão pode aproximar o autor das perspectivas da colonialidade, uma vez que os teóricos de tais perspectivas acreditam que o colonialismo deixou sequelas, que persistem em razão da colonialidade de poder, do ser e do saber que vão muito além do fim da dominação política das colônias (QUIJANO, 2000; MIGNOLO, 2003; BALLESTRIN, 2013).

Josué de Castro interpreta o Brasil com os seus olhos e traz a verdadeira realidade do país, a fome, bem como tantas outras realidades: as desigualdades, o descaso com os operários e o êxodo rural (CASTRO, 2012; MELO, 2012). Portanto, apesar do destaque para o tema fome, não é possível limitá-lo a ele, pois suas várias formações e conhecimentos permitiram que ele fosse além de uma só temática e percorresse um caminho interdisciplinar (MENDONÇA, 2010). Por isso, também merece atenção dentro do campo de administração. Outras pesquisas já trilharam esse caminho de aproximar o autor da área de administração, mesmo que esse propósito não estivesse explícito, como os textos produzidos no livro *O Brasil em Evidência: A Utopia do Desenvolvimento* (MARTINS; MUNTEAL FILHO, 2012), produto do evento organizado pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE), que teve como objetivo “repensar o Brasil a partir dos cientistas do século passado, suas interrogações e

propostas” (CASTRO, 2012, p. 20). A autora lembra das referências do autor no que tange à globalização, temas relacionados ao trabalho e à desigualdade social, assuntos esses que podem ser tratados no campo de administração.

Outros autores, como Melo (2012), trazem vários elementos sobre sua atuação no campo do trabalho. Os artigos de Souza e Silva Filho (2014), Leitão et al. (2010) e Rigo e Oliveira (2007), também caminharam neste sentido, ao estudar o desenvolvimento local levando-se em consideração Josué de Castro. Saraiva, Aragão e Chagas (2003) lembraram sua contribuição para o tema desenvolvimento sustentável. Por outro lado, Mendonça (2010) destaca a contribuição interdisciplinar do autor, deixando claro que ele pode ter muito a oferecer para várias áreas.

Assim, este artigo também considera que Josué de Castro pode contribuir com o campo de administração, sobretudo à luz das perspectivas da colonialidade. Nesse sentido, este trabalho visa contribuir com a chamada para a opção decolonial em administração/gestão proposta por Abdalla e Faria (2017), expondo o conhecimento de Josué de Castro para o campo dos estudos organizacionais, evidenciando seu alinhamento intelectual com as realidades locais. Bertero et al. (2013) também apontam para a necessidade de se produzir conhecimento em administração, que esteja relacionado com nosso contexto e peculiaridades, buscando se desvencilhar do estrangeirismo sem cair nas armadilhas do paroquialismo e da supervalorização do nacional – também destacado por Candler (2015) –, entendendo a decolonialidade como um caminho para essa superação. Maia (2015) entende que o “eurocentrismo produz uma limitação ao entendimento empírico e analítico de outras formas de atividade intelectual, gestadas em contextos periféricos” (p. 551). Sendo assim, o autor evidencia os constructos de Guerreiro Ramos para discutir a questão dos intelectuais do terceiro mundo. Em nosso estudo, visamos incluir Josué de Castro na história dos intelectuais de Terceiro Mundo, ampliando a gama de estudos sobre pensadores sociais brasileiros em estudos organizacionais. Wanderley (2015) também percorreu caminho semelhante com o autor Celso Furtado, outro intérprete do Brasil, apontando para as contribuições do autor – e da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) – para os estudos organizacionais, dentro da lógica de de-colonizar.

Muitos outros trabalhos foram feitos sobre Josué de Castro (e.g. CARNEIRO, 2006; BARRETO, 2008; BIZZO, 2009; MELO, 2010; SERÁFICO, 2012), mas não foi possível encontrar nenhum que buscasse aproximá-lo das perspectivas da colonialidade. Entretanto, suas ideias podem ser utilizadas como forma de contribuição para essas perspectivas. É importante ressaltar que não foi encontrado nenhuma referência ao autor nos artigos que tratam das perspectivas da colonialidade (QUIJANO, 2000; 2005; IBARRA-COLADO, 2006; MIGNOLO, 2003; 2007; 2010; BALLESTRIN, 2013), apesar de outros pensadores sociais brasileiros serem citados em alguns estudos, tais como Milton Santos, Darcy Ribeiro e Paulo Freire.

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo identificar nas obras de Josué de Castro elementos que vão ao encontro das perspectivas da colonialidade, dessa maneira trilhar o caminho de aproximar o autor da área de administração, especificamente dos estudos organizacionais. Como fonte de dados serão utilizadas as obras *Geografia da Fome* (1980) e *A Estratégia do Desenvolvimento* (1971). Tais obras foram escolhidas porque uma leitura inicial apontou para uma possível aproximação com essas perspectivas.

Além disso, o trabalho também está alinhado com a intenção de introduzir no campo da gestão, os pensadores sociais brasileiros que podem contribuir para a reflexão dos fenômenos locais, uma vez que “o campo da gestão tem sido crescentemente classificado no mundo euro-estadunidense como eventual cúmplice desse amplo processo de aprofundamento e expansão de desigualdade e pobreza” (ABDALLA; FARIA, 2017, p. 918). Então, trazer os estudos de Josué de Castro para os debates em estudos organizacionais pode iluminar e desconstruir os mecanismos que sustentam e propagam a pobreza e a desigualdade. A técnica de análise

utilizada para tratamento dos dados será a análise de conteúdo com categorias temáticas, que segundo Bardin (1977, p. 38), “é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”, por meio da categorização das unidades temáticas.

O artigo foi dividido em sete seções, incluindo a introdução e as considerações finais. Na segunda e terceira seção, consta o referencial teórico, composto por Josué de Castro e as questões econômicas, sociais e políticas, que traz contextos tratados nas obras do autor, e a abordagem decolonial, as perspectivas da colonialidade e o questionamento ao colonialismo continuado, para ajudar na compreensão do fenômeno pesquisado. Na quarta seção, foram descritos os procedimentos metodológicos, onde explica-se como a pesquisa foi realizada. Na quinta seção, encontram-se os achados da pesquisa. Na sexta seção, aproximamos o autor dos Estudos Organizacionais, após apresentados os resultados.

2 Josué de Castro e as Questões Econômicas, Sociais e Políticas

Josué Apolônio de Castro – a partir de agora Josué – escreveu muitas obras ao longo de sua vida – faleceu em 1973. A obra do autor mais conhecida é *Geografia da Fome* e tal obra lhe rendeu o prêmio José Veríssimo da Academia Brasileira de Letras (INTÉRPRETES DO BRASIL, 2017). Além dessa obra, o autor escreveu mais vinte e nove, muitas delas relacionadas ao contexto social do país (INTÉRPRETES DO BRASIL, 2017). Algumas de suas obras foram escritas quando o autor encontrava-se exilado em Paris, visto ter perdido seus direitos políticos em 1964 (INTÉRPRETES DO BRASIL, 2017). Contudo, mesmo fora do Brasil continuou a falar sobre a realidade do país, como pode ser observado em *A Estratégia do Desenvolvimento* (1971).

O livro *Geografia da Fome* traz a realidade da fome no Brasil, um assunto, de certa forma, tabu à época, haja vista que essa ainda era uma realidade desconhecida (CASTRO, 1980). O autor trouxe nesse livro, cuja primeira edição foi em 1946, o mapa da fome, dividindo o país em cinco partes, com identificação de cada problema que a região possuía (carência de proteína, de cálcio, de vitaminas, dentre outras identificações). Contudo, ele não se restringiu a apontar os problemas, também sugeriu soluções.

Josué se sensibilizou com o tema fome durante sua infância, uma vez que morava perto dos mangues e tinha a possibilidade de ver a realidade de miséria (MELO, 2012). Destarte, na sua experiência como profissional e na atuação como deputado federal na década de 50 (dois mandatos), percebeu que a fome ultrapassa as fronteiras do Brasil e que havia um contexto econômico e político envolvido (PROJETO MEMÓRIA, 2004; MELO, 2012). Esse foi o mote da sua obra *Geopolítica da Fome*, publicada em 1951, onde o autor denuncia o problema da fome no cenário mundial (CARNEIRO, 2006). Pode-se dizer que *Geografia da Fome* e *Geopolítica da Fome* abriram portas para que ele participasse de órgãos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), em 1955. O fato de *Geografia da Fome* ter sido traduzida em mais de vinte e cinco idiomas, como destacado por Barreto (2008), ajuda a explicar o sucesso e dimensão alcançada pelo autor.

Para Bizzo (2009, p. 403), a fome tratada por Josué “constitui um recurso político e intelectual utilizado como ferramenta para compreender uma determinada realidade e intervir sobre ela”. Por isso, para a autora, Josué incorpora várias reflexões sobre o Brasil, pois pensava nas causas para a fome, sobre o futuro do país, bem como de que forma o país poderia se desenvolver. Rezende (2004, p. 131) argumenta que as análises do autor tentavam “apreender o contexto sócio-político e econômico mundial para pensar o país”. Essa sua insistência em pensar o país a partir do contexto regional, vai na direção de autores como Maldonado-Torres (2007) e Mignolo (2003; 2007; 2010) – autores da perspectiva de colonialidade. Porém, há outros pontos que sugerem tal aproximação.

Josué não se restringia a falar sobre a fome, conforme supramencionado. Desse modo, o autor é tratado nas mais diversas áreas de conhecimento. Bizzo (2009) ressalta que as contribuições do autor, sobretudo diante das suas ideias sob o eixo políticossocial, fazem com que o autor seja objeto de interesse, mesmo depois de anos de seu falecimento, nas mais diversas áreas que buscam de alguma forma entender e analisar o Brasil, propondo caminhos. Nesse aspecto, várias foram as ideias do autor, que fazem com que ele seja considerado um reformista, tais como: “uma reforma agrária”, “o aumento do poder aquisitivo do trabalhador”, “condições condignas de vida e saúde para o brasileiro”, “uma educação transformadora” e “um país purificado pela moralidade pública” (BIZZO, 2009, p. 418). À medida que o autor apresenta as suas ideias, traz as mais diversas denúncias (BIZZO, 2009; MENDONÇA, 2010). Dentre elas, o autor denuncia o mau uso da força política por parte do Estado (que não penaliza senhores de engenhos e apequena regiões, retirando direitos e receitas), a má condução do processo de urbanização (que ajudou a aumentar o problema da fome) e a atuação dos políticos brasileiros (que estão mais preocupados com os interesses pessoais do que os coletivos), que dificultam a criação de políticas públicas eficientes e efetivas (BIZZO, 2009).

Algumas outras denúncias encontradas nas pesquisas de Castro (2012) e Melo (2012), como por exemplo, o imperialismo norte-americano, a forma de se pensar o desenvolvimento a partir dos países ricos ocidentais, bem como que a fome é culpa das estruturas políticas e econômicas historicamente constituídas, sugerem sua aproximação com as perspectivas da colonialidade. O trecho destacado de *O Livro Negro da Fome* também sugere tal aproximação: “O objetivo principal *dêste* nosso ensaio *fôra* o de demonstrar que fome e subdesenvolvimento são uma coisa só, não havendo outro caminho para lutar contra a fome, senão o da emancipação econômica e da elevação dos níveis de produtividade das massas de famintos [...]” (CASTRO, 1966, p. 1). O realce de Mendonça (2010) de que Josué contribui para entender os problemas que cercam a produção das Ciências Sociais, ao descrever que “trata-se da extrema especialização, que leva, o mais das vezes, à produção de um conhecimento incapaz de propor soluções para os grandes problemas da humanidade” (p. 34) desde o século XIX, pois traz soluções centradas em questões ocidentais que desconSIDERAM contextos fundamentais, também aproxima o autor das perspectivas da colonialidade.

Dessa maneira, abordaremos as discussões sobre o pensamento decolonial, as perspectivas da colonialidade e o questionamento ao colonialismo continuado, para que possamos promover um diálogo entre as reflexões de Josué em suas obras e as ideias da decolonialidade.

3 A Abordagem Decolonial, as Perspectivas da Colonialidade e o Questionamento ao Colonialismo Continuado

O Grupo Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade propõe uma abordagem que denuncia o colonialismo continuado. Ele foi criado nos Estados Unidos, na década de 1990, por meio do Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos, cujo primeiros textos remontam a Anibal Quijano, *Colonialidad y modernidad-racionalidad* (1989/1992) (BALLESTRIN, 2013). O Grupo aliou-se, inicialmente, ao Grupo Sul-Asiático dos Estudos Subalternos, que promovia o esforço de trazer o colonizado para o discurso, formado pelo palestino Edward Said e os indianos Homi Bhabha e Gayatri Spivak (BALLESTRIN, 2013). Esses autores ganharam projeção na década de 1980, dando enfoque ao “discurso colonial” e ao “sujeito colonial” (ROSA; ALCADIPANI, 2013, p. 191). Contudo, segundo Ballestrin (2013), esse Grupo havia sido formado desde 1970, tendo o indiano Ranajit Guha como líder. No entanto, a autora reconhece que sua projeção fora da Índia ocorreu somente na década de 1980.

Dentro do Grupo Sul-Asiático, Spivak trouxe alguns questionamentos, pois entendia que não era concedido voz aos subalternos, visto que eram os intelectuais do Grupo que falavam por eles (BALLESTRIN, 2013). Walter Mignolo, um dos líderes do Grupo latino, participou

dos encontros iniciais com os asiáticos. Todavia, ele criticava o fato de que os textos reproduzidos para análise representavam uma realidade diferente da colonização da América Latina. De acordo com Ballestrin (2013), essa e outras divergências, como por exemplo, a utilização de estudos dos Estados Unidos, fizeram com que o Grupo se destituísse em 1998, e, posteriormente, formaram o Grupo Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade, sendo Mignolo um de seus fundadores. Tal Grupo não tem a presença de brasileiros, bem como os outros também não tinham (BALLESTRIN, 2013). Leda (2015) apresenta a diferença do Grupo Sul-Asiático dos Estudos Subalternos para o Grupo Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade, que justifica o ponto central do questionamento de Walter Mignolo e o que o fez, juntamente com outros autores, formar o Grupo Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade.

Para estes, a modernidade é um fenômeno decorrente do neocolonialismo sobre a África e a Ásia no século XIX, período em que se institui o domínio colonial da Inglaterra sobre a Índia. Em contraste, para o Grupo Modernidade /Colonialidade, ela remonta ao século XVI, quando se inicia a colonização portuguesa e espanhola sobre a América Latina e o Caribe. (p. 112-113)

Porém, é importante destacar que o Grupo Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade, embora tenha assumido o que chamaram de decolonialidade, também tem o questionamento ao colonialismo continuado como objeto central. A diferença dos demais grupos – resumidamente – é que este grupo acredita que deve ser considerado o contexto da América Latina, assim sendo utilizando-se como fontes autores dentro desse universo (BALLESTRIN, 2013). Leda (2015,), ao definir o projeto da decolonialidade, traz uma outra distinção desse grupo, que merece ser destacada. A autora menciona que ele “não é fundado a partir da academia, ele não se propõe, segundo Mignolo, a elaborar um novo discurso colonial, e sim dar voz a saberes que sempre existiram, mas que, ao longo de quinhentos anos de colonização, permaneceram ocultos pela epistemologia da modernidade” (LEDA, 2015, p. 124). Isso seria o que eles chamam de de-colonizar (ou *de-colonización*). Para Maldonado-Torres (2007, p. 162, tradução nossa), o projeto de de-colonizar busca “romper com a lógica monológica da modernidade”. Entre os integrantes do grupo encontram-se também Aníbal Quijano, Arturo Escobar, Enrique Dussel, Nelson Maldonado-Torres e Ramón Grosfoguel (CASTRO-GÓMEZ; GROSGOQUEL, 2007; BALLESTRIN, 2013).

Para Mignolo (2003; 2007), de certa forma, tanto a colonialidade como a decolonialidade são frutos da modernidade, e não existe modernidade sem colonialidade. Mignolo (2003; 2007) ratifica que a proposta do giro decolonial epistêmico é fruto da matriz colonial de poder criada por Anibal Quijano (1992), no artigo que foi considerado o pioneiro do projeto modernidade/colonialidade, e sugere que, mesmo tendo o período colonial findado, a colonialidade ainda persiste na economia, na política e no conhecimento. O giro decolonial é “um termo cunhado originalmente por Nelson Maldonado-Torres em 2005 e que basicamente significa o movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, a lógica da modernidade/colonialidade” (BALLESTRIN, 2013, p. 105). Destarte, para a autora, a decolonialidade aparece como o terceiro elemento. Sendo assim, busca-se emancipar-se das dominações do neocolonialismo.

O neocolonialismo e neocolonial também são termos que se relacionam com a colonialidade. Segundo Misoczky e Böhm (2013, p. 315), o neocolonialismo é uma expressão da “colonialidade do poder”, sendo que a expressão colonialidade “refere-se a estruturas de poder, controle e hegemonia que surgiram durante a época colonial e se estendem da conquista das Américas até os dias atuais”. Logo, eles consideram que o neocolonialismo é uma realidade, e “o termo enfatiza repetição com diferença, uma regeneração do colonialismo por outros

meios”, como econômicos, “que reorganizam práticas colonialistas do passado”, chamadas na atualidade de práticas neocoloniais (MISOCZKY; BÖHM, 2013, p. 332). Para Santos e Meneses (2010), o colonialismo além das dominações que são historicamente conhecidas, “foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e nações colonizados, relegando muitos outros saberes para um espaço de subalternidade” (p. 7). Mas, para Grosfoguel (2008), colonialidade é o termo mais apropriado para a dominação continuada após o período da colonização. Ballestrin (2013), destacando as considerações de Mignolo (2010) no que tange à colonialidade do poder, aborda que ela pode ser dividida em três dimensões: a do poder, do saber e do ser. A colonialidade do poder e do saber foram trazidas por Aníbal Quijano, e a do ser por Mignolo (BALLESTRIN, 2013). Contudo, apesar da autora trazer referências no sentido de a colonialidade do ser não ter sido muito aceita pelo Grupo, é possível ver referências dessa colonialidade, como nos trabalhos de Maldonado-Torres (2007) e Restrepo e Rojas (2010).

Em uma publicação mais atual Quijano (2005, p. 126) define a colonialidade do saber como “uma específica racionalidade ou perspectiva de conhecimento que se torna mundialmente hegemônica colonizando e sobrepondo-se a todas as demais, prévias ou diferentes, e a seus respectivos saberes concretos”, ou seja, toda e qualquer forma de dominação do conhecimento, de forma que outros conhecimentos sejam deixados de lado. Como exemplo de colonialidade do saber, Rosa e Alcázar (2013) sugerem que Guerreiro Ramos e Frantz Fanon não obtiveram o devido reconhecimento por não terem publicado suas obras em inglês. Autores como Ibarra-Colado (2006), Misoczky (2006) e Vieira e Carvalho (2003) criticam a hegemonia do conhecimento e a dominação do que é reproduzido na Europa e nos Estados Unidos, onde acadêmicos preferem utilizar aquilo que já é aceito no meio do que buscar novas formas de conhecimentos, sob pena de não serem abraçados pela academia. Tais atitudes vão totalmente de encontro ao que pregam os teóricos que questionam a colonialidade. Ibarra-Colado (2006, p. 477, tradução nossa) traduz sua posição: “como estudiosos latino-americanos, devemos abandonar esta tradição de falsificação dos saberes Anglo-Eurocêntricos, independentemente da perspectiva, e reconhecer a nossa posição fora da exterioridade da modernidade para pensar a alteridade a partir das margens”.

A colocação do autor remete também à colonialidade do poder referida inicialmente por Quijano (2000). Analisando o artigo de Quijano (2005), é possível perceber que a colonialidade do poder tem vários tentáculos e sugere várias análises, sobre trabalho, raça e capitalismo. Entretanto, Quijano (2000, p. 342, tradução nossa) apresenta a seguinte definição:

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Baseia-se a imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, esferas e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social cotidiana e da escala social. Origina-se e se mundializa-se a partir da América.

A colonialidade do ser (gênero e sexualidade) (MIGNOLO, 2003, 2010; MALDONADO-TORRES, 2007) pode ser definida como uma realidade do mundo moderno colonial, que faz com que se inferiorizem pessoas, logo, uma forma de se destituir a existência humana (RESTREPO; ROJAS, 2010). Também pode ser definida como “a experiência vivida da colonização e seu impacto sobre a linguagem” (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 127, tradução nossa). Ou seja, é aquela onde os efeitos da colonização são sentidos diretamente nos colonizados.

4 Procedimentos Metodológicos

Para atender ao objetivo de aproximar as obras de Josué dos estudos organizacionais a partir das perspectivas da colonialidade, foram analisadas as obras *Geografia da Fome* (1980) e *A Estratégia do Desenvolvimento* (1971), fontes primárias para a pesquisa. Mas não foi desconsiderada a utilização de outros documentos escritos pelo autor. Para analisar a obra *Geografia da Fome* não foi utilizada a primeira edição, de 1946, foram feitas as análises na décima edição publicada em 1980, que traz conteúdos da oitava e nona edição.

Ressalta-se que, como esta pesquisa utiliza os conceitos dos autores do Grupo Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade como suporte teórico e eles assumem a colonialidade como termo central, entendendo haver distinções do Grupo com as teorias pós-coloniais (LEDA, 2015), preferiu-se adotar, nesta pesquisa, perspectivas da colonialidade. Entretanto, a pesquisa tem um caráter exploratório sobre as possibilidades de aproximação do autor com o tema.

Os dados foram tratados por meio da análise de conteúdo com categorias temáticas. Bauer e Gaskell (2002) afirmam que a análise de conteúdo é um método analítico de texto desenvolvido no contorno das ciências sociais empíricas e que é uma técnica criada para produzir inferências de texto específico para o seu contexto social de maneira objetiva. Segundo Bardin (1977, p. 95), essa análise é organizada em três polos cronológicos: 1) “pré-análise”; 2) “exploração do material”; e 3) “tratamento dos resultados, inferência e a interpretação”. De acordo com a autora supracitada, a pré-análise é a fase de organização dos dados, e tem por objetivo operacionalizar e sistematizar as ideias iniciais, com a intenção de acarretar em um esquema do desenvolvimento das ações sucessivas no plano de análise. Nessa fase é necessário que se escolham os dados a serem analisados, e após uma profunda leitura dos mesmos, é preciso formular premissas e elaborar indicadores que sustentem a interpretação final (BARDIN, 1977). Para a autora, se a fase de pré-análise for conduzida com qualidade, a fase de análise, de fato, ocorrerá apenas como um gerenciamento sistemático dos resultados dessa fase inicial.

Segundo Duarte (2002, p. 151), o material coletado “precisa ser organizado e categorizado segundo critérios relativamente flexíveis e previamente definidos, de acordo com os objetivos da pesquisa” e trata-se de “um trabalho árduo e, numa primeira etapa, mais “braçal” do que propriamente analítico”. A fase de exploração de material é composta fundamentalmente pelas operações de categorização, a cargo de regras antecipadamente formuladas (BARDIN, 1977). Dessa maneira, após a etapa de pré-análise, foi realizada a fase de exploração do material, onde os escritos contidos nos textos foram categorizados, identificando o que representava cada categoria a *priori*. Dessa maneira, inicialmente foram utilizadas palavras-chaves para facilitar essa construção, tais como: colônia e suas derivações, dominação (e suas variações), emancipação e exploração. Assim, tendo em vista que o objetivo era procurar aproximação do autor com as perspectivas da colonialidade, estabelecemos as categorias a *priori*: Colonialidade do Poder; Colonialidade do Saber; e Colonialidade do Ser. Mas, após a leitura das obras, as categorias sofreram ajustes para que retratassem mais fielmente os achados da pesquisa, a saber: Colonialidade Econômica e Política e a Tentativa de Emancipação; Colonialidade do Saber e a Dominação Econômica, Política e Cultural; e Colonialidade do Ser e a Desconsideração do Outro. Gill (2002) aborda que uma maneira de iniciar a análise é criar categorias para a codificação, de acordo com aquilo que se tem o interesse em examinar, após serem feitas leituras minuciosas dos textos.

Mozzato e Grzybovski (2011) apontam para uma questão muito importante na análise de conteúdo: apesar de tal análise conter procedimentos e especificações, que devem ser levadas em consideração, isso não pode engessar e enrijecer o trabalho. A análise deve se adequar à interpretação e à inferência de cada pesquisa, não existindo um modelo único que deve ser fielmente seguido. Desse modo, optamos por analisar os dados por categorias temáticas

desmembrando o texto em unidades (categorias), identificando as significações manifestas nos trechos destacados, para então propor inferências que se destacam nas relações entre os constructos de Josué com as perspectivas de colonialidade. Franco (2005) é enfática ao apontar a importância da inferência nessa análise. Para inferir é preciso que os conhecimentos e contribuições do pesquisador extrapolem o conteúdo manifesto. Por isso, inferir “confere a esse procedimento, de análise de conteúdo, relevância teórica, uma vez que implica, pelo menos, uma comparação, já que a informação puramente descritiva, sobre conteúdo, é de pequeno valor” (FRANCO, 2005, p. 26).

5 Josué de Castro ao Encontro das Perspectivas da Colonialidade

As obras de Josué revelam trechos que demonstram aproximação com as perspectivas da colonialidade de Quijano (2000; 2005), Mignolo (2003; 2007; 2010) e Maldonado-Torres (2007). Em vários momentos o autor questiona a dominação, o neocolonialismo, ou seja, o novo colonialismo, que apesar de não ser o colonialismo propriamente dito – quando o Brasil era colônia –, representa uma nova forma que foi o fator determinante do subdesenvolvimento de uma grande parte do mundo, formando-se as colônias políticas e econômicas. As denúncias quanto ao subdesenvolvimento, que segundo ele, é fruto de raízes plantadas pela colonização da América Latina em geral, também estão presentes. No Brasil, isso pode ocorrer de forma particular, em razão de ter sido uma colônia por muito tempo, inclusive sendo sede para os seus colonizadores. Para o autor, “certos países se beneficiaram de circunstâncias históricas para se desenvolverem e enriquecerem, enquanto outros sofreram coações que os impediram de atingir o limiar do desenvolvimento econômico social” (CASTRO, 1971, p. 7).

Percebeu-se que *Geografia da Fome* tinha como ponto central o Nordeste e as mazelas vividas pela região, sobretudo a fome, mas apresentava uma contextualização sobre fatores que levavam a essa realidade, e, por isso, adentrava em questões que afetavam vários países da América Latina. Nesse sentido, critica a desvalorização da agricultura, do homem do campo, bem como a industrialização à medida que não se investe em outras formas. Ele reconhece a necessidade de uma política desenvolvimentista e pontua que as divergências “se encontram no campo de execução desta política, nos elementos postos em jogo para dinamizar e orientar a nossa emancipação econômica” (CASTRO, 1980, p. 294). Segundo ele, o governo busca o desenvolvimento acelerado, entendendo que somente a industrialização pode promover a emancipação econômica, contudo, a sociedade paga “o custo do progresso indispensável”, diante do exagero desse custo. Mas, para o autor, “a realidade social não se cinge apenas no economismo puro, mais sim na expressão econômico-social de um povo” (CASTRO, 1980, p. 296). Nesse aspecto, incluindo-se, ele menciona que “somos daqueles que julgam necessário promover o desenvolvimento industrial, sem, porém, sacrificar exageradamente os investimentos no setor da economia agrária” (CASTRO, 1980, p. 295). Nesse viés, para ele, quando se concentra esforços no desenvolvimento industrial o outro setor fica carente, consequentemente, também ficam aqueles que precisam dele. E isso de uma forma ou de outra, retarda a expansão. Para o autor, os poderes públicos devem “condicionar o desenvolvimento e orientá-lo para fins bem definidos, dos quais nenhum se sobrepõe ao da emancipação alimentar do povo”, bem como “dirigir a nossa economia tendo como meta o bem-estar social da coletividade” (CASTRO, 1980, p. 305). Isso, para o autor, traz o desenvolvimento econômico e emancipa – liberta – a sociedade da servidão, inclusive estrangeira.

A outra obra analisada, *A Estratégia do Desenvolvimento* (1971), também apresenta os pontos que atrapalharam o desenvolvimento dos ditos subdesenvolvidos – como o Brasil –, apresentando os motivos pelos quais o desenvolvimento não é alcançado, e que, portanto, a dominação se torna uma realidade, seja nacionalmente – domínio das regiões mais ricas sobre as mais pobres, o Nordeste, por exemplo –, seja por países estrangeiros (os novos colonizadores). Pontuava ainda sua preocupação com a “sociedade tecnológica”, que está a

“vias de dominar o mundo”, mas que não é conduzida de forma a se pensar em todos os homens (CASTRO, 1971, p. 8). Aliás, o homem era o centro de suas preocupações, e para o autor, o único desenvolvimento possível é o “desenvolvimento do homem” (CASTRO, 1971, p. 21). Assim, entende que o desenvolvimento é o “mito do século XX”, bem como a “liberdade” foi no século XVIII (CASTRO, 1971, p. 19).

Josué tinha a crítica muito presente em suas obras, e ao analisá-las é possível identificar o questionamento quanto à maneira de se pensar a economia a partir dos países ricos do Ocidente, fazendo surgir também uma espécie de dominação de pensamento. É nessa lógica que ressalta que ao assumir algo traduzido de fora, desconsidera-se a cultura e o habitante da sua própria região (CASTRO, 1971; 1980). Assim sendo, é possível aproximar o pensamento do autor com o pensamento dos autores decoloniais citados. Destaca-se que o autor ainda afirma que é necessário fazer as análises a partir do contexto real de cada região.

Ideias essas que são elementos que sugerem que o autor vai ao encontro das perspectivas da colonialidade. Desse modo, é possível perceber que as obras de Josué têm o claro objetivo de descrever a realidade da época, sua posição a respeito, e sua real intenção, a emancipação. Posto isso, abaixo encontram-se os esforços de categorizar os trechos encontrados nas obras.

5.1 Colonialidade Econômica e Política e a Tentativa de Emancipação

Nas obras analisadas é possível identificar várias denúncias no que tange à forma como o desenvolvimento foi pensado, planejado e constituído, onde poucos tiveram privilégios em detrimento de muitos, bem como demonstram que o começo de tudo foi a colonização, mas sugerem que esse controle ainda permanece:

Os países do Terceiro Mundo são subdesenvolvidos, não por razões naturais – pela força das coisas – mas por razões históricas: pela força das circunstâncias. Circunstâncias históricas desfavoráveis, principalmente o colonialismo político e econômico que manteve estas regiões à margem do processo da economia mundial em evolução rápida. (CASTRO, 1971, p. 14)

Para o autor, os dominadores coloniais marginalizaram países como o Brasil, e essa é uma explicação para o fracasso que faz com ele seja sempre subdesenvolvido. Segundo o autor (CASTRO, 1980), a meta do poder público deve ser o “bem-estar social da coletividade”, e é justamente garantindo esse bem-estar que é possível haver um “verdadeiro desenvolvimento econômico que nos emancipe de todas as formas de servidão” (p. 305). Para Josué acredita que essa servidão também cabe às forças econômicas externas, que ao mesmo tempo que tenta atrapalhar o progresso social, submete o país à miséria, travando o seu crescimento. Dessa forma, para ele, a emancipação seria libertar o país de quaisquer formas de dominação, e consequentemente, libertar o homem.

O homem é “*factor* de desenvolvimento” e “beneficiário do desenvolvimento”, e o “cérebro do homem a fábrica de desenvolvimento” (CASTRO, 1971, p. 21). Por essa razão, o autor enfatiza a necessidade da formação humana, pois somente o homem é capaz de colocar a estratégia do desenvolvimento na prática. Para isso, o autor fala em estratégias de longo prazo, que se direcionem a alcançar aquilo que de fato se quer construir.

A *Estratégia do Desenvolvimento* foi publicada no momento em que o autor se encontrava exilado em Paris, mas foi originalmente apresentada em inglês na Conferência sobre O Meio e a Sociedade em Transição, em Nova York, 1970 – período em que também se encontrava exilado. Certamente, todo o contexto político do Brasil à época influenciou seu discurso, já que ainda sentia impactos da ditadura militar, apesar de suas notáveis contribuições. Mas é de fato revelador, porque sinaliza que o Terceiro Mundo pode ter sido algo criado, no sentido de ter sempre alguns considerados à margem, para que outros estivessem em posições favoráveis.

O autor aponta em vários momentos para a colonização que os países considerados do Terceiro Mundo passaram – quando eram colônias –, mas demonstra que a colonização ainda persiste, e a expressão “colonialismo” é uma maneira de reforçar isso (CASTRO, 1971, p. 14). Também demonstra que os dominadores utilizam estratégias para manter a dominação, e uma destas estratégias são os auxílios que são oferecidos para os países mais pobres.

Em face da fraqueza do poder político central, os interesses colonialistas manipularam no sentido de que o progresso econômico se limitasse a ampliar os lucros de um pequeno número de proprietários agrícolas, associados em sua aventura colonial, sem atingir entretanto o conjunto da população. [...]. Conforme acentuou muito bem o economista Gunnar Myrdal, as grandes potências sempre utilizaram nos países subdesenvolvidos para seus fins de exploração colonial “os próprios grupos oligárquicos, interessados eles próprios na manutenção do *status quo* político e social” e portanto infensos ao verdadeiro desenvolvimento emancipador. (CASTRO, 1980, p. 282)

Na obra *Geografia da Fome* o autor buscou raízes históricas para explicar o tema fome e, para tanto, aponta para a colonização como fator determinante. Entretanto, mais uma vez destaca a continuidade da colonização, onde “grandes potências” utilizam os “países subdesenvolvidos” com a finalidade de exploração, e que essas grandes potências têm o interesse em manter o *status quo* para que se beneficiem (CASTRO, 1980, p. 282). A primeira edição dessa obra foi publicada justamente no fim da segunda guerra mundial, 1946, mas na edição de 1980 consta literalmente que a realidade não mudou, por mais que o desenvolvimento tivesse alcançado outras localidades.

Este livro foi publicado pela primeira vez em 1946. Nele tentou o autor esboçar um retrato do Brasil de cerca de quinze anos atrás. Do Brasil que era então um país tipicamente subdesenvolvido, com sua característica economia de tipo colonial, na exclusiva dependência de uns poucos produtos primários de exportação, entre os quais se destacava o café. Ao retratarmos a fome no Brasil estávamos a evidenciar o seu subdesenvolvimento econômico, porque fome e subdesenvolvimento são uma mesma coisa. Foi esta conjuntura econômico-social com todas suas trágicas *conseqüências* que inspirou este ensaio. Em sucessivas edições que ocorreram desde então, procuramos sempre reajustar o nosso trabalho à realidade vigente, o que não constituiu tarefa difícil porque o país não mudara muito nestes aspectos de sua estrutura social. (CASTRO, 1980, p. 47)

Ao analisar outros documentos, foi encontrado um texto feito pelo autor, chamado *Subdesenvolvimento: Causa Primeira da Poluição*, de 1972, que depois foi inserido no livro *Fome: Um Tema Proibido - Últimos Escritos de Josué*, organizado por Castro (2003), que fala pontualmente, em um dos trechos, sobre o novo colonialismo, inclusive fazendo uso do termo neocolonial.

O subdesenvolvimento não é, como muitos pensam equivocadamente, insuficiência ou ausência de desenvolvimento. O subdesenvolvimento é um produto ou um subproduto do desenvolvimento, uma derivação inevitável da exploração econômica colonial ou neocolonial, que continua se exercendo sobre diversas regiões do planeta. (CASTRO, 1972, p. 137)

Nesse contexto, as obras de Josué demonstram uma crítica ao desenvolvimento e ao colonialismo político e econômico continuado, tratados por Quijano (2000; 2005), e, por isso, em vários momentos, apontam que somente com a emancipação é possível tentar mudar o quadro de subdesenvolvimento. Portanto, a colonialidade econômica e política, bem como a tentativa de emancipação, são pontos bem presentes nas obras do autor.

5.2 Colonialidade do Saber e a Dominação Cultural

Observou-se que o questionamento quanto à colonialidade econômica e política está muito presente nas obras do autor. No entanto, também foi possível encontrar a colonialidade do saber, trazida por Quijano (2005) e Ibarra-Colado (2006). Tal colonialidade, segundo o Quijano (2005), pode ser definida como uma forma de colonialidade que se estende ao conhecimento e a subjetividade sobre os outros, na tentativa de manter o domínio econômico, político e cultural. O trecho abaixo fala especificamente desse ponto:

O maior de todos estes erros foi o de se conceber em toda a parte um processo de desenvolvimento semelhante ao desenvolvimento dos países ricos do Ocidente. Uma espécie de etnocentrismo conduziu os teóricos do desenvolvimento a apoiar as suas ideias e a estabelecer os seus sistemas de pensamento sobre as concepções da economia clássica que ignorava quase totalmente a realidade sócio-econômica das regiões de economia de dependência. (CASTRO, 1971, p. 12-13)

Assim, o etnocentrismo foi denunciado por Josué, pois ele discorre que o desenvolvimento foi pensado a partir dos países ricos ocidentais, e que eles conduzem no sentido de que todos reproduzam os seus pensamentos. Nesse contexto, é desconsiderado o pensamento de quem realmente habita as regiões, conseqüentemente, também é desconsiderado o habitante, algo que remete diretamente à colonialidade do ser tratada por Mignolo (2003) e Restrepo e Rojas (2010). Para o autor, é justamente a formação de homens que deve ser a prioridade do Terceiro Mundo, por isso ele enfatiza que o século XX deveria ser pautado na “revolução cultural”, “capaz de encontrar verdadeiras soluções para os grandes problemas da Humanidade” (CASTRO, 1971, p. 34). Desse jeito, entende que é preciso educar o homem para que a libertação econômica, política e cultural aconteça.

Entretanto, o autor chama atenção para duas situações que prejudicam a formação do homem: um percentual muito pequeno de jovens nas Universidades; e Universidades que reproduzem uma cultura importada e que enfatizam a manutenção do *statu quo*, mesmo que implique no subdesenvolvimento e na servidão do país (CASTRO, 1971). Para Castro (1971, p. 38), “ministrar um tipo de educação popular, seria desencadear um movimento irreversível de transformação social, ao qual se oporiam as minorias dominantes, hostis às ideias de reformas educativas válidas”. Desse modo, aqueles que querem modificar a forma de se educar são vistos como perigosos para a democracia, pondera o autor.

Notamos também que, ao mencionar as “regiões de economia de dependência” (CASTRO, 1971, p. 12-13), Josué se alinha aos estudos da dependência que buscavam alternativas para a superação do subdesenvolvimento fora das teorias dominantes (WANDERLEY, 2015).

Josué chega ao ponto de dizer que o problema do desenvolvimento do Terceiro Mundo, e do mundo como um todo, é um “problema de formação de homens”, onde são encontradas “verdadeiras soluções para problemas”, que não são trazidas pelo conhecimento adquirido nos países subdesenvolvidos (CASTRO, 1971, p. 34).

Segundo o autor, os “dominadores coloniais” fabricam “estruturas” de “sociedade” que marginalizam os dominados de forma que suas culturas – portanto, também os seus pensamentos – sejam destituídas de forma a manter o *statu quo*.

O segredo do desenvolvimento repousa, antes de mais, na transformação das estruturas caducas destas sociedades, fabricadas pelos dominadores coloniais e que, na sua marginalidade, se apresentam sob a forma que o sociólogo norte-americano Lewis chamou “as culturas do pauperismo” nas quais quase não se encontram *factores* de animação e dinamização, mas ao contrário todo um poderoso sistema de forças de bloqueio do desenvolvimento e de manutenção do seu *statu quo*: forças de bloqueio de natureza econômica e de natureza cultural. (CASTRO, 1971, p. 14-15)

Assim, esta colonialidade também pôde ser observada. É importante sinalizar que, a colonialidade econômica e política parecem levar à colonialidade do saber e do ser, uma vez que dominadores econômicos e políticos marginalizam os dominados e seus conhecimentos.

5.3 Colonialidade do Ser e a Desconsideração do Outro

Os destaques trazidos na categoria anterior, sobre a desconsideração da cultura de países subdesenvolvidos, denunciam, de muitas formas, a desconsideração do próprio homem que ali habita. Mas, vale destacar outras nuances encontradas nas obras do autor. Primeiramente, é oportuno salientar que, para Castro (1971; 1980), o homem é o elemento central do desenvolvimento, portanto, se políticas de desenvolvimento não são dirigidas ao homem (o ser que pensa e que age), o desenvolvimento nunca será alcançado.

Dessa forma, o autor afirma que o homem do Brasil não é sequer considerado, uma vez que a referência parte de homens do Ocidente desenvolvido. Segundo ele, o Ocidente maximiza “os lucros em vez de maximizar as energias mentais que enriquecem com mais rapidez a vida dos homens e podem dar-lhes muito mais felicidade” (CASTRO, 1971, p. 37). Segundo Restrepo e Rojas (2010), o homem pode sentir diretamente os efeitos da colonização, quando a sua existência é destituída e desconsiderada. Diante dos achados do autor, infere-se que a colonialidade do ser também é algo que ele acredita. Todavia, uma de suas obras reproduz a tentativa de se destituir a existência humana – claramente – e de desconsiderá-lo totalmente dentro de um contexto. “Mas, sobretudo esqueciam-se completamente do habitante destas regiões, de cultura tradicional, tão distante e tão diferente do homem produzido pela civilização ocidental” (CASTRO, 1971, p. 13).

Em *Geografia da Fome* o autor relata sobre a desvalorização e a degradação do homem da Amazônia, e, conseqüentemente, do brasileiro, uma vez que o homem daquela localidade representa, para o autor, o do Brasil. “E hoje um fato histórico de triste recordação da época de valorização da borracha e de desvalorização do homem da Amazônia. Ou melhor, de desvalorização e degradação do homem brasileiro” (CASTRO, 1980, p. 96).

Para o autor, a educação é uma forma de libertar o homem de todos os domínios – incluindo o domínio de outros homens.

O subdesenvolvimento é uma forma de *subeducação*. A *subeducação* não apenas do Terceiro Mundo, mas do mundo inteiro. Para acabar com ele, é preciso educar bem e forma o espírito dos homens, que foi deformado por toda a parte. Só um tipo de homens capaz de ousar, pensar, de ousar *reflectir* e de ousar passar à *acção* poderá realizar uma verdadeira economia baseada no desenvolvimento humano e equilibrado. (CASTRO, 1971, p. 40)

Pelo exposto, o autor deixa claro que o homem é um ser inventado a partir da cultura e do olhar de outro, os da civilização Ocidental. E uma das formas de facilitar com que homem não seja enxergado é não o educar, e, quando ele tiver acesso à educação, que seja garantido que o conteúdo replique uma falsa cultura importada, “estéril, incapaz dum impulso criativo e renovador” (CASTRO, 1971, p. 38). Isso posto, o autor denuncia que o homem que é criado não representa o homem que de fato existe em regiões como o Brasil. Esse é um dos questionamentos dos autores decoloniais, conforme anteriormente apresentado, por isso tais achados mais uma vez demonstram a aproximação de Josué com esses autores.

6 Aproximando Josué de Castro dos Estudos Organizacionais

A busca por tentar aproximar os intérpretes do Brasil dos estudos de administração não é recente, como já mencionado, o livro intitulado *O Brasil em evidência: a utopia do desenvolvimento* – organizado pelo Professor Paulo Emílio Martins (UFF) e pelo Professor

Oswaldo Munteal (UERJ/ FACHA/ PUC) – foi lançado em 2012 com o intuito de apresentar as ideias dos expressivos nomes do pensamento social brasileiro nas décadas de 1940 a 1970, período em que o país gerava reflexões e práticas desenvolvimentistas (MARTINS; MUNTEAL FILHO, 2012). O livro é fruto de um simpósio (ambos com o mesmo título) que ocorreu no fim de 2008, ano em que se celebrou o centenário de nascimento de Josué.

Dessa forma, destacar os constructos de Josué e dialogá-los com os estudos organizacionais nos auxilia a iluminar noções que ainda precisam ser trabalhadas e refletidas para a construção de realidades que correspondam ao nosso contexto. O pensador brasileiro se preocupava em refletir sobre o Brasil e questionar a adoção de modelos de desenvolvimento estrangeiros, abordando a dominação de pensamento no sentido de olhar nossa própria realidade com os olhos dos países ricos, ou seja, não compreendendo as peculiaridades que nos diferem dos mesmos.

O autor traz os achados de Soule, Efron e Ness (1945) como citado em Castro (1980), no livro *Latin America in The Future World*, quanto às condições de vida na América Latina, tais como: “dois terços da população da América Latina não gozam dos benefícios da assistência social”; “cerca de um terço das populações trabalhadoras (especialmente milhões de trabalhadores índios) continua sem participação alguma na vida econômica, social e cultural da comunidade latino-americana”; “dois terços da população latino-americana vivem em condições semifeudais de trabalho”; “a maior parte das indústrias extrativistas da América Latina pertence ou é controlada por organizações estrangeiras, sendo considerável parte dos lucros desviada dos vários países”; “as condições de vida da massa da população latino-americana são particularmente instáveis, dependendo das flutuações do mercado estrangeiro”; e “a capacidade produtiva do trabalhador latino-americano é muito inferior à do americano ou à do europeu”, pelas “subnutrição, ignorância e falta de aparelhagem adequada” (p. 44-45). Castro (1980) ressalta que seus estudos comprovam que as condições de vida do Brasil são idênticas a maioria dos países da América Latina – como as descritas –, por mais que as de alguns países possam ser ainda mais precárias.

A obra *A Estratégia do Desenvolvimento* demonstra uma preocupação com o desenvolvimento, apontando questões que contribuíram para que ele não fosse alcançado, como a falta de formação educacional, a ausência de quadros qualificados que auxiliem na expansão econômica, a ausência de planos de desenvolvimento que se destinem a outros setores, como o da Agricultura, bem como na “tendência para o desequilíbrio exterior, por uma balança comercial sempre deficitária”, dentre outras preocupações (CASTRO, 1971, p. 26), o que aproxima o autor com os estudos organizacionais. O autor enxergava o desenvolvimento e subdesenvolvimento de forma crítica, sinalizando para um desenvolvimento mal planejado que leva ao subdesenvolvimento continuado. Do mesmo modo, Celso Furtado (1967), autor já trazido para o âmbito dos estudos organizacionais (WANDERLEY, 2015), sinalizava para as mesmas questões, tendo o nordeste como ponto inicial para suas análises. O conhecimento produzido pela Cepal, do qual Celso Furtado fez parte, contribuiu para “a criação e as práticas de empresas, órgãos e instituições públicas e/ou privadas” e “adentrou instituições de ensino que podemos afirmar que tratavam também de práticas organizacionais, sejam elas públicas ou privadas” (WANDERLEY, 2015, p. 243). Então, as obras de Josué também podem contribuir no mesmo sentido, visto que o autor adentrava em questões que em muita medida impactam nas organizações, e assim, contribuir para as teorias organizacionais.

Pensando na realidade organizacional, é possível notar uma expressiva importação de ferramentas estrangeiras que nem sempre conseguem se adaptar ao contexto de aplicação. Nesse sentido, a reflexão proposta por Josué pode nos auxiliar a questionar essas importações, identificando como essas replicações podem representar uma colonialidade e encobrimento dos saberes locais, uma vez que os mesmos podem ser suprimidos se não houver essa preocupação com a reflexão. Além disso, também podemos aproximar os pensamentos de Josué aos de outros

pensadores, como Guerreiro Ramos, que refletia sobre o Brasil e que possui legitimidade nos estudos organizacionais. Em seus constructos teóricos, Guerreiro Ramos aborda a Redução Sociológica como uma maneira de tomar uma atitude metódica perante a importação de conhecimentos estrangeiros, uma vez que se faz necessário compreender o que de fato faz sentido para as realidades locais, reduzindo ao que irá nos auxiliar de maneira mais contundente (RAMOS, 1958).

Percebe-se que os pensamentos de Josué foram *avant la lettre* começando a ser lançado em 1946 já com preocupações sobre dominação e reflexão em relação ao que vem de um contexto diferente do nosso. Sendo assim, compreendemos que o autor é mais um intérprete do Brasil que auxilia na compreensão e gestão das organizações de uma maneira mais conexa com as realidades e necessidades locais, entendendo as limitações e desafios, buscando trabalhá-los e não os encobrir ou silenciar. É importante que os administradores pensem as organizações da mesma maneira que Josué pensava o Brasil, de seu contexto e para o seu contexto.

7 Considerações Finais

Josué, o homem de várias formações e conhecimentos, pode – e deve – ser lembrado dentro da área de administração, precisamente dentro de estudos organizacionais. Ao abraçarmos uma opção decolonial nessas áreas, procuramos mostrar neste artigo que as obras de Josué trazem elementos que têm muito a contribuir com essa perspectiva. Josué refere-se ao colonialismo e à forma de dominação ainda presente, sobretudo nos países subdesenvolvidos, de forma crítica, demonstrando uma necessidade de se de-colonizar. A esse respeito destaca o Ocidente como dominador do discurso de desenvolvimento, e que ele o reproduz aos demais como forma de manter o *status quo*, e desse jeito desconsidera a cultura e o homem da América Latina, e precisamente do Brasil.

O colonialismo para o autor perpassa pela economia, pela política, pela disseminação de conhecimento e termina por se refletir no social. Assim, nota-se que Josué era um pensador decolonial *avant la lettre*, pois denunciava – muito antes do projeto Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade ser lançado – que o conhecimento hegemônico euro-americano “passou a ser tido como único caminho possível para o progresso, apesar de muitas evidências que contrariavam suas promessas e seu desalinhamento às múltiplas realidades, alternativas e conhecimentos” (ABDALLA; FARIA, 2017, p. 918).

Ao analisar as obras do autor percebemos a premência de se pensar o Brasil a partir do Brasil e para o Brasil, bem como de se pensar as organizações e as teorias organizacionais a partir de nossa própria realidade. É ter claro que nem sempre a utilização de uma teoria importada que ignora “quase totalmente a realidade sócio-econômica das regiões de economia de dependência” (CASTRO, 1971, p. 12-13), pode nos levar às melhores soluções para a sociedade e as organizações. Além disso, Josué nos instiga a olhar para a economia a partir dos problemas de nossa realidade e nos remete a considerar o homem e a cultura que existe em cada região do país. É justamente a necessidade de se reconhecer e explicitar as diferentes formas de colonização e a consequente opção de de-colonizar (ou des-colonizar) o poder, o ser e o saber que são preconizadas pelas perspectivas da colonialidade.

Certamente, as obras do autor têm muito a oferecer, e seu caminho interdisciplinar permite que ele não fique restrito às áreas de saúde pública, nutrição e afins. Além disso, também notamos que os estudos de Josué conseguem discutir e refletir sobre conhecimentos que tenham a intenção de promover o bem-estar social e não têm o foco em desenvolver mecanismos administrativos para dominação. Logo, entendemos que esse estudo se articula com as proposições de Abdalla e Faria (2017) na medida em que os autores destacam a importância de se desenvolver saberes com essa preocupação.

Outros estudos já percorreram o caminho de trazer o autor para o campo de administração, por mais que este objetivo não estivesse explícito, conforme mencionado.

Também defendemos considerar o autor no campo da administração, pois seus escritos podem ser utilizados como um caminho para explicar muito dos problemas da atualidade que são tratados na área. O inquérito sobre a vida operária realizado pelo autor, por exemplo, pode ser utilizado em pesquisas futuras no âmbito do trabalho. Vale pontuar que Castro (1971; 1980), conforme apresentado, destacava vários aspectos relacionados ao trabalhador.

Destarte, outras pesquisas poderiam ser feitas visando aproximá-lo da área da administração, bem como podem trilhar o caminho de aproximar o autor do projeto decolonial, visto que há vários elementos nesta pesquisa que apontam para essa aproximação e que esta pesquisa foi de cunho exploratório nessa temática. Além disso, as discussões de Josué podem auxiliar nos estudos que visam refletir sobre o atual contexto das economias, onde o pensamento neoliberal se faz muito presente (ANDRADE, 2019), mas ao mesmo tempo gera crises e protestos. Buscando sugerir mais desdobramentos desse trabalho, também é possível pensar em dialogar os pensamentos de Josué com os de Milton Santos no circuito inferior da economia, onde as atividades que envolvem esse circuito são menos sofisticadas tecnicamente, menos capitalizadas e de expressão regional, tendo o intuito de garantir a sobrevivência da população mais pobre (COELHO; PEREIRA, 2011). Essas pesquisas possibilitariam a utilização do conhecimento de um intérprete do Brasil na área e todos esses estudos podem ser feitos, inclusive, dentro da perspectiva utilizada nesta pesquisa. Dessa forma, estariam indo ao encontro do que dizem os teóricos que questionam a colonialidade, “o conhecimento deve ser original no que se refere às suas origens” (IBARRA-COLADO, 2006, p. 466, tradução nossa).

Referências

ABDALLA, M. M; FARIA, A. Em defesa da opção decolonial em administração/gestão. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 15, n. 4, p. 914-929, 2017.

ANDRADE, D., P. Neoliberalismo: Crise econômica, crise de representatividade democrática e reforço de governamentalidade. **Novos estudos CEBRAP**. São Paulo, v 38, n 01, p. 109-135, Jan.-Abr. 2019.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista brasileira de ciência política**, n. 11, p. 89-117, 2013.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70; 1977.

BARRETO, L. Cem anos de Josué de Castro: legado permanece. **Revista do Serviço Público**, v. 59, n. 3, p. 375-380, 2008.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ, 2ª Ed: Vozes, 2002.

BERTERO, C. O. et al. Os desafios da produção de conhecimento em administração no Brasil. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 11, n. 1, p. 181-196, 2013.

BIZZO, M. L. G. Ação política e pensamento social em Josué de Castro. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 4, n. 3, p. 401-420, 2009.

CANDLER, G. G. 'Assimilação crítica' and research on the periphery. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 13, n. spe, p. 560-572, 2015.

CARNEIRO, P. S. Luta e persistência por um mundo sem fome em Josué de Castro: uma revisão da geografia da alimentação. **Geosul**, v. 21, n. 41, p. 29-45, 2006.

CASTRO, A. M. Josué de Castro: arauto da paz. In P. E. M. Martins; O. Munteal Filho (Orgs.). **O Brasil em evidência: A utopia do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2012.

_____. **Fome: um tema proibido - últimos escritos de Josué de Castro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO-GÓMEZ, S; GROSGOUEL, R.; **El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

CASTRO, J. D. **A estratégia do desenvolvimento**, tradução de Antônio Melo. Lisboa: Cadernos Seara Nova Economia, 1971.

_____. **Geografia da fome: O dilema brasileiro: pão ou aço**. 10ª edição. Rio de Janeiro: Antares e Achiamé, 1980.

_____. **O livro negro da fome**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1966.

_____. Subdesenvolvimento: Causa primeira da poluição – Leitura apresentada no “Colóquio sobre o Meio” em Estocolmo. In: CASTRO, A. M. D. (Org.). **Fome: um tema proibido – últimos escritos de Josué de Castro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

COELHO, O. M.; PEREIRA, M., F., V. O Circuito Inferior da Economia na área central de Uberlândia (MG): Avaliação e Caracterização. **Revista Geografia (Londrina)**, v. 20, n 1, p. 163-188, Jan./Abr., 2011.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de pesquisa**, n. 115, p. 139-154, 2002.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. Brasília, 2ª edição: Liber Livro Editora, 2005. 79 p.

FURTADO, C. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 28, n. 4, p. 391, 1967.

GILL, R. Análise de discurso In: BAUER, Martin; GASKELL George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático**. Cap. 5, 10. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115-147, 2008.

IBARRA-COLADO, E. Organization studies and epistemic coloniality in Latin America: thinking otherness from the margins. **Organization**, v. 13, n. 4, p. 463-488, 2006.

INTÉRPRETES DO BRASIL. **Josué de Castro**. 2017. Disponível em: <<http://www.interpretesdobrasil.org/sitePage/64.av>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

LEDA, M. C. Teorias pós-coloniais e decoloniais: para repensar a sociologia da modernidade. **Temáticas Campinas**, v. 23, n. 45/46, p. 101-126, 2015.

LEITÃO, C. S. et al. “Nordeste Criativo” e desenvolvimento regional: esboço de uma metodologia para o fomento da economia criativa no nordeste brasileiro. **Revista Extraprensa**, v. 3, n. 3, p. 170-182, 2010.

MAIA, J. M. E. História dos intelectuais no Terceiro Mundo: reflexões a partir do caso de Guerreiro Ramos. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 13, n. especial, p. 550-559, 2015.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. El giro decolonial. **Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**, p. 127-167, 2007.

MARTINS, P. E. M.; MUNTEAL FILHO, O. (Orgs.). **O Brasil em evidência: a utopia do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2012.

MELO, M. M. Josué de Castro: um intelectual-político. In: MARTINS, Paulo Emílio Matos; MUNTEAL FILHO, Oswaldo (Orgs.). **O Brasil em evidência: a utopia do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2012.

MELO, N. J. D. A. Josué de Castro antes da fome. **Revista Aurora**, v. 4, n. 1, 2010.

MENDONÇA, M. G. D. Josué de Castro e a defesa da interdisciplinaridade. **Revista de Teoria da História**, v. 2, n. 4, p. 34-45, 2010.

MIGNOLO, W. **Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Argentina: Ediciones del signo, 2010.

_____. “El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto”. In: CASTRO-GOMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Coords.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

_____. **Historias locales/diseños globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo**. Madrid: Akal, 2003.

MISOCZKY, M. C. Sobre o centro, a crítica e a busca da liberdade na práxis acadêmica. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 4, n. 3, p. 01-13, 2006.

_____.; BÖHM, S. Resistindo ao desenvolvimento neocolonial: a luta do povo de Andalgalá contra projetos megamineiros. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 11, n. 2, p. 311-339, 2013.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 4, p. 731-747, 2011.

PROJETO MEMÓRIA. **Josué de Castro por um mundo sem fome**. 2004. Disponível em: <<http://www.projetomemoria.art.br/JosuedeCastro>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y casificacion social. **Journal of world-systems research**, v. 11, n. 2, p. 342-386, 2000.

_____. Colonialidad y modernidad-racionalidad. In: BONILLA, H. (Ed.). **Los conquistados: 1492 y la población indígena de las Américas**. Quito: Flacso-Tercer Mundo, 1992.

_____. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

RAMOS, G. **A redução sociológica: introdução ao estudo da razão sociológica**. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

RESTREPO, E.; ROJAS, A. **Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos. Popayán: Universidad del Cauca**. 2010. Disponível em: <<http://www.flacsoandes.edu.ec/libros/digital/43099.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2016.

REZENDE, M. J. D. As raízes históricas do atraso econômico e político no Brasil: a interpretação de Josué de Castro. **Cadernos CERU**, v. 15, p. 131-149, 2004.

RIGO, A. S.; OLIVEIRA, R. R. Frustração de expectativas e (Des) construção do capital social: O caso da comunidade caranguejo Tabaiaras da Cidade do Recife. In: **Encontro da ANPAD**, 31, 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.

ROSA, A. R.; ALCADIPANI, R. A terceira margem do rio dos estudos críticos sobre administração e organizações no Brasil: (re)pensando a crítica a partir do pós-colonialismo. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 14, n. 6, p. 185-215, 2013.

SANTOS, B. D. S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2010. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/pensamento-e-ciencia/2106-2106/file.html>>. Acesso: 10 out. 2016.

SARAIVA, A. L.; ARAGÃO, L. G. L.; CHAGAS, J. C. S. Conceitos de Desenvolvimento Sustentável em Josué de Castro: uma leitura atual. **Presença Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente**, v. 7, n. 26, p. 1-7, 2003.

SERÁFICO, J. Josué de Castro e Djalma Batista: um triângulo virtuoso. In: MARTINS, P. E. M.; MUNTEAL FILHO, O. (Orgs.). **O Brasil em evidência: A utopia do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2012.

SOULE, G. H.; EFRON, D.; NESS, N. T. **Latin America in the Future World**. National Planning Association, Farrer & Rinehart, New York, 1945.

SOUZA, A. C. A. A. D.; SILVA FILHO, J. C. L. D. Dimensões da inovação social e promoção do desenvolvimento econômico local no semiárido cearense. In: **Encontro da ANPAD**, 38, 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2014.

TENDLER, S. **Josué de Castro, Cidadão do Mundo**. Roteiro: Adolfo Lachtermacher, Josué de Castro Filho, Silvio Tandler, Tânia Fusco. Elenco: Francisco Milani (Narrador/voz), José Wilker (Narrador/voz). Produtores: Adolfo Lachtermacher. UERJ Vídeo. 1994. (51 min 25 seg). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fQrwW1sjHyI>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

VIEIRA, M. M. F.; CARVALHO, C. A. Tréplica ao professor Bertero. **Organização & Sociedade**, v. 10, n. 27, p. 179-180, 2003.

WANDERLEY, S. Estudos organizacionais, (des)colonialidade e estudos da dependência: as contribuições da Cepal. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 1, n. 4, p. 237-255, 2015.